



Comunicação Comunitária como Espaço de Transformação Ambiental em Assentamentos Amazônicos de Mato Grosso¹

Gisele Souza NEULS²

Cristóvão Domingos de ALMEIDA³

Augusto César Pereira da SILVA⁴

Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (UFRGS/RS)

Instituto Centro de Vida (ICV/MT)

Resumo

Este trabalho sistematiza a experiência de formação de comunicadores comunitários no norte de Mato Grosso. Descreve a metodologia utilizada em oficinas de formação de comunicadores comunitários bem como o percurso teórico que configura a metodologia. Reflete sobre as possibilidades e limites da formação de comunicadores como vetor de mobilização comunitária, educação para a cidadania, afirmação da identidade cultural e conservação socioambiental, a partir de autores como Cicília Peruzo, Denise Cogo, Marcos Bagno e Enrique Leff. Conclui que a comunicação comunitária cumpre papel para além da apropriação e uso dos meios de comunicação, contribuindo com o exercício da cidadania.

Palavras-chave

Comunicação comunitária; Cidadania; Ecodesenvolvimento; Agricultura familiar.

Introdução

Este trabalho faz uma sistematização da experiência de formação de comunicadores comunitários no norte de Mato Grosso, cujos resultados nos colocam questões que merecem aprofundamento no âmbito das reflexões teóricas e metodológicas acerca da educomunicação socioambiental.

O cerne desta experiência, desenvolvida por duas organizações socioambientais de Mato Grosso baseia-se na ideia de que a apropriação e uso da comunicação por agricultores e agricultoras familiares podem cumprir uma quadrupla função: mobilização comunitária, educação para a cidadania, afirmação da identidade cultural e conservação socioambiental⁵. Através da Comunicação Comunitária esses quatro

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Coordenadora de Comunicação do Instituto Centro de Vida. Contato: gisele.neuls@icv.org.br

³ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista CAPES. Contato: cristovaoalmeida@gmail.com

⁴ Bacharel em Comunicação Social – Habilitação Rádio e Televisão pela Universidade Federal de Pernambuco e Assessor de Comunicação do Instituto Centro de Vida. Contato: augusto.pereira@icv.org.br

⁵ O conceito de conservação socioambiental baseia-se na ideia de que a conservação de recursos naturais em um cenário de modos de ocupação complexos e permeados por conflitos só é possível com o envolvimento permanente da sociedade, unindo a importância da conservação com a complexidade das questões sociais.



processos podem ser trabalhados com o objetivo de dar suporte ao ecodesenvolvimento rural com base no fortalecimento dos atores sociais envolvidos na base desse desenvolvimento: as comunidades rurais e os assentamentos da reforma agrária.

Educomunicação socioambiental

A comunicação é uma ferramenta importante para apoiar a organização e mobilização de agricultores e agricultoras familiares e vem sendo cada vez mais valorizada em projetos voltados para o desenvolvimento econômico, social e ambiental das populações rurais⁶. A comunicação frequentemente também é acionada por sua relação intrínseca com a educação, sendo nesse caso frequentemente designada por educomunicação. Compreendida a comunicação como um processo de relação entre consciências, como propõe Vera Veiga França, “um processo social básico de produção e partilhamento do sentido através da materialização de formas simbólicas” (FRANÇA, 2001, p. 41), comunicação e educação são indissociáveis sob o ponto de vista da cultura e das relações humanas. Paulo Freire, em seu ensaio clássico sobre comunicação e extensão rural, aponta que o mundo social e humano não existiria tal como o conhecemos não fosse pela nossa capacidade de comunicação “fora da qual é impossível dar-se o conhecimento humano” (FREIRE, 1982, p.65).

O encontro entre comunicação e educação, aliás, é tema de estudos e reflexões há pelo menos 40 anos. Denise Cogo afirma que “longe de serem um espelho, os meios de comunicação se tornaram lugares onde se elaboram, se negociam e se difundem os discursos, os valores e as identidades” (COGO, 2001, p.34). As inquietações advindas dessa constatação originaram, nos anos de 1960 e 1970, diversos movimentos, especialmente na América Latina, em torno da educação para a leitura dos meios de comunicação. Apoiados na Teologia da Libertação e em Paulo Freire, esses movimentos propunham uma alfabetização de crianças e jovens para a leitura dos produtos da comunicação de massa, principalmente o cinema e a televisão, como fazia, por exemplo, a União Cristã Brasileira de Comunicação.

Essas experiências abriram caminhos para outras perspectivas em relação às possibilidades de encontro entre educação e comunicação, para além do uso dos meios de comunicação nas práticas pedagógicas escolares, como aponta Mário Kaplún, “não

⁶ Exemplo disso é a inclusão de itens relativos à comunicação e difusão nos editais publicados pelo Governo Federal, como os do Subprograma de Projetos Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente (PDA/MMA), nos quais a comunicação e sistematização das experiências é obrigatória.



se trata, pois, de educar usando o instrumento da comunicação, mas que a própria comunicação se converta no eixo vertebrador dos processos educativos: educar pela comunicação e não para a comunicação” (KAPLÚN, apud COGO, 2001, p.38).

Os estudos sobre educação e comunicação incluem variados objetos, desde aqueles que tratam do uso ou influência da mídia nos processos formais de ensino-aprendizagem até os que propõem a leitura crítica dos meios de comunicação. A trajetória percorrida até o presente, tanto pelos estudos como pelas próprias sociedades latino-americanas, aponta para a construção de um novo conceito, que ultrapasse a justaposição dos dois campos. Jesus Martín-Barbero, ao olhar para as relações dos jovens com a mídia e a escola, reflete que a educomunicação é um campo a construir. Ele observa que a apropriação das tecnologias de comunicação coloca um desafio à educação e à sociedade, na medida em que elas se configuram como novos modos de produção de conhecimento, e não mais apenas como o lugar da reprodução ideológica, da veiculação de informações. “Isso faz com que, no campo da comunicação-educação, se encontre algo que aparentemente não estava em nenhum dos dois” (FÍGARO & BACCEGA, 1999, p.77). O mesmo processo de produção de conhecimento a partir da apropriação dos meios de comunicação pode ser observado em outros públicos, para além dos jovens, em que pese serem estes os mais velozes na apropriação de novas tecnologias.

No início dos anos 1990, a pesquisadora Cicília Peruzzo observou processos de produção, planejamento e gestão de veículos de comunicação comunitária, especialmente rádios, com o objetivo de analisar como se dá a participação democrática nesses espaços. Os resultados da análise se aproximam bastante daqueles que observamos em nossa experiência com a formação de comunicadores comunitários. Entre os aspectos positivos da experiência de gestão da comunicação comunitária, Peruzzo apontou a diversificação de instrumentos de comunicação, apropriação de meios e técnicas, conquista de espaços, democratização dos meios, produção de conteúdo crítico, preservação da memória, re-elaboração de valores, desenvolvimento de autonomia e mentalidade de serviço, formação de identidades, articulação da cultura e conquista da cidadania (PERUZZO, 1998, p.155).

A experiência relatada neste trabalho concentra-se na formação de comunicadores, um passo anterior à gestão de meios de comunicação comunitários observada por Cicília Peruzzo. Ainda assim, alguns resultados são bastante próximos.



Assim como os comunicadores urbanos observados por Peruzzo, os agricultores percebem que, através da apropriação e uso de meios de comunicação, transformam-se em emissores de seus valores, conhecimentos e culturas, e vivenciam a produção de novos conhecimentos, a (re)descoberta de si como sujeitos e o exercício da cidadania. O resultado desse processo pode contribuir para o ecodesenvolvimento⁷ das comunidades rurais, na medida em que favorece a circulação de informações e ideias mobilizantes para que essas comunidades se organizem em torno de objetivos comuns de desenvolvimento. Há limites, certamente. Esses resultados somente são possíveis se aliados a um processo mais amplo de educação para o exercício da cidadania. A comunicação sozinha não é responsável por esses resultados, possíveis somente se inseridos em uma dinâmica mais ampla de mobilização social.

O público em questão: agricultores e assentados do Arco do Desmatamento

Um olhar sobre o contexto em que os agricultores e agricultoras que participaram das oficinas de comunicação oferecidas pelo Ponto de Cultura e pelo Instituto Centro de Vida ajudam a compreender como a comunicação comunitária pode contribuir para a transformação ambiental e o ecodesenvolvimento.

Em geral, a situação da agricultura familiar nos assentamentos da reforma agrária é extremamente problemática na Amazônia. Em Mato Grosso, mais de um terço dos assentamentos da reforma agrária organizados pelo Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – estão situados na parte amazônica. São 189 assentamentos localizados em uma região de tensões e conflitos, conhecida como Arco do Desmatamento e do Fogo⁸. A maior parte dos assentamentos estão a distâncias que variam de 50km a 100km das sedes dos municípios.

Assentados em uma região de clima, vegetação e solos radicalmente diferentes das suas regiões de origem predominantemente sulista, precariamente atendidos pelos serviços de assistência técnica rural e morando em áreas com pouca infra-estrutura, essas populações vivem em estado de pobreza e, inevitavelmente, contribuem com a degradação ambiental da Amazônia. Dos 462 assentamentos gerenciados pelo Incra em

⁷ O conceito de ecodesenvolvimento adotado neste trabalho é aquele estabelecido por Enrique Leff no livro *Saber Ambiental* (LEFF, 2001, p.18)

⁸ O arco do desmatamento e do fogo é uma região delimitada pela área de influência da rodovia BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA); mais a área de influência da BR-230, a famosa Rodovia Transamazônica. Quando se visualiza o mapa do desmatamento na Amazônia, percebe-se nitidamente um arco nessa região, formado pelas áreas desmatadas ao longo das duas rodovias. Também é nessa região que se registra o maior número de focos de calor no verão amazônico, entre maio e setembro, quando não chove na porção meridional da Amazônia.



Mato Grosso, apenas um possui licença ambiental – em todos os demais os desmates, queimadas e outras atividades com impactos no ambiente são considerados ilegais pelos órgãos ambientais.

Entre janeiro e dezembro de 2007, os assentamentos foram responsáveis por 11% dos focos de calor registrados no Estado de Mato Grosso – cerca de 6 mil focos em números absolutos. Em setembro de 2008, um órgão do próprio governo federal, o Ibama – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, colocou o Incra na lista dos 100 maiores desmatadores da Amazônia Brasileira por conta dos desmates ilegais nos assentamentos. O desmatamento e as queimadas nos assentamentos são ao mesmo tempo consequência e causa de sérios problemas socioambientais. Consequência das frágeis políticas públicas para a reforma agrária e a agricultura familiar e da ausência quase total do Estado nestes locais; e causa de novos problemas e tensões, como o embargo de assentamentos pelo Ibama, o que bloqueia o acesso dos assentados ao crédito e outros serviços.

Para completar o cenário, a região é cortada por uma rodovia de grande importância para o agronegócio, a BR-163, que conecta a produção de grãos do Centro-Oeste com o Porto de Santarém (PA); e abriga o tenso limite entre a floresta e a fronteira agrícola, em constante expansão em direção ao Norte do país, pressionando as pequenas propriedades e os demais povos da floresta.

Oficinas de formação de comunicadores comunitários

Em 2004, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lucas do Rio Verde acreditou que a comunicação poderia reforçar o caminho que já vinha trilhando na formação de agricultores e agricultoras comprometidos com um modelo de desenvolvimento alternativo para a região. Foi assim que obteve a aprovação do projeto de criação do Ponto de Cultura do Nortão⁹. No ano seguinte, já com a estrutura do PC Nortão montada, o sindicato promoveu um encontro no qual reuniu lideranças e representantes da rede de organizações não-governamentais que compunham a regional Norte de Mato Grosso do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA) – entre elas o Instituto Centro de Vida (ICV), única entidade da região com profissionais de comunicação ambiental em sua estrutura.

⁹ O Ponto de Cultura é uma ação do Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura. São convênios firmados com iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil, por meio de editais públicos, através dos quais as entidades ficam responsáveis por articular e impulsionar as ações culturais existentes nas comunidades.



Unidos pela mesma ideia de que a comunicação comunitária pode ser um espaço de desenvolvimento local e transformação ambiental, as duas instituições ofereceram juntas seis oficinas de formação de comunicadores comunitários, abrangendo em torno de 100 agricultores e agricultoras de 25 municípios¹⁰. O objetivo central das oficinas era oferecer ferramentas de comunicação para potencializar o trabalho das lideranças dos assentamentos e comunidades rurais do Norte de Mato Grosso. Em geral, os participantes eram ligados a iniciativas que requeriam mobilização e organização comunitárias, como projetos de produção agropecuária sem uso do fogo, recuperação de áreas degradadas e agroextrativismo. Assim, questões como preservação, conservação ambiental e ecodesenvolvimento estiveram permanentemente ligadas ao aprendizado sobre o uso e as possibilidades da comunicação comunitária.

O público de cada oficina tinha interesses e necessidades específicos: radiodifusão, comunicação impressa, vídeo. Embora lidando com diferentes veículos, há um princípio metodológico comum e um fio conceitual que costura as práticas. Todas as oficinas foram trabalhadas através de metodologias participativas, em que os participantes eram instados a construir seu conhecimento coletivamente, identificando, compreendendo e mobilizando os diferentes talentos e aptidões do grupo; estabelecendo acordos de convivência; participando de todas as etapas de produção de programas de rádio, jornais e vídeos; e avaliando todo o processo educativo ao final. Essa experiência mostrou que oferece uma significativa contribuição no processo de formação de lideranças; bem como práticas culturais e preconceitos linguísticos que limitam ou impedem a valorização da identidade do agricultor e assentado.

Comunicação de Massa

Nas oficinas também foram mostrados e problematizados conceitos básicos da comunicação e seus processos, bem como noções gerais de planejamento, levando os participantes a perceberem que a escolha do veículo, conteúdo e formato depende da análise de múltiplos fatores: as limitações técnicas e econômicas das comunidades, o perfil do público, o tipo de conteúdo que se deseja compartilhar.

Partimos dos quatro elementos básicos do processo de comunicação – emissor, mensagem, meio e receptor – para problematizar o processo de comunicação e levar os

¹⁰ Entre 15 e 30 pessoas participaram de cada oficina e algumas pessoas fizeram mais de uma oficina. Sempre foi buscado equilíbrio de gênero e faixa etária, permitindo a participação proporcional de jovens e adultos, homens e mulheres.



participantes a se perceberem como emissores-sujeitos que possuem cultura e linguagem próprias, que é diferente daquela acessada no cotidiano através dos veículos comerciais de comunicação. Ao lidarmos com o conceito de emissores e receptores, estabelecendo quem são esses sujeitos, o que pensam, o que fazem, as identidades culturais aparecem e os sujeitos se (re)descobrem como diferentes do papel que lhes é costumeiramente atribuído pela cultura hegemônica predominantemente urbana e desenvolvimentista. Eles se olham como agricultores familiares diferentes do caipira atrasado, de roupas remendadas, enxada da mão e pés sujos – são isso, mas muitas outras coisas também.

Na análise da comunicação de massa predominante no Brasil – com o escalonamento dos meios de comunicação locais na base até as grandes redes de televisão no topo – consideramos que o emissor é a empresa de comunicação e que o objetivo de uma empresa privada é o lucro. Assim, tem-se elementos para o estudo das mensagens da mídia comercial. A recepção do sinal de televisão por parabólicas, comuns nos assentamentos isolados geograficamente, leva o agricultor a assistir aos noticiários locais das assim chamadas cabeças de rede, ou seja, as emissoras do Rio de Janeiro e São Paulo, e nunca os noticiários estaduais e locais. As únicas fontes de informação local são as rádios, quando seus sinais pegam nos assentamentos, muitas vezes meras repetidoras da informação já vista na televisão.

Para Pierre Bourdieu, a abordagem realizada pela televisão é marcada por simplificações e aproximações, pelo *fast-food* cultural (BOURDIEU, 1997, p. 41) e pelas informações-ônibus (p. 62). Essa falta de precisão é mais acentuada quando o jornalismo dos ambientes urbanos trata das questões rurais. A produção jornalística, apresentada como um instrumento de democracia se converte num instrumento de opressão simbólica.

A mensagem é percebida não como algo que simplesmente se quer ou precisa transmitir a outros, mas como conteúdo permeado por linguagens, conhecimentos e modos de fazer próprios, bem como revelador de ideologias e pré-concepções, como, por exemplo, o lugar da mulher e do jovem nas suas culturas e na sociedade. Cada conceito ou técnica mostrados abre espaços para essas problematizações e reflexões, transformando as oficinas em um espaço de diálogo no qual se reflete não só sobre a comunicação, mas sobre os problemas socioambientais vividos pelos agricultores e agricultoras e os possíveis caminhos de enfrentamento desses problemas.



Nesse espaço de diálogo também se reflete sobre a forma como os agricultores se relacionam com os veículos comerciais de comunicação de massa a sua disposição; se discute as condições de produção desses veículos e se desconstroem, quando existem, mitos como o da objetividade e da imparcialidade do jornalismo. São espaços de leitura crítica do mundo e de si próprios. Assim, quando ao final do terceiro ou quarto dia de oficinas finalizam-se os produtos de comunicação comunitária – cartazes, jornal mural, fanzines, programas de rádio, vídeos, blogs – os participantes viveram uma experiência educativa mais profunda que o simples conhecimento e manejo de meios de comunicação.

“Fala você que sabe falar”

Ao serem chamados para falar no rádio é frequente que os agricultores cheguem em grupos, mas apenas um fale. Ao microfone fala a liderança, mas nem sempre a pessoa com mais legitimidade para tratar do assunto. Não saber falar é uma limitação que coloca o indivíduo numa segunda classe de cidadania, quem “não sabe falar” pede que outro exerça a cidadania que lhe é de direito, delega a sua representação.

No caso dos agricultores e agricultoras que participaram das oficinas, não saber falar é um julgamento de si mesmos em comparação com a fala de locutores de rádio ou apresentadores de televisão. A negação da língua falada rural é também a negação de toda a sociedade rural, observada nos livros didáticos e replicada nos veículos de mídia, um preconceito linguístico enraizado na sociedade, que afeta a identidade dos agricultores. Segundo Marcos Bagno, os primeiros gramáticos consideravam que somente os cidadãos do sexo masculino, membros da elite urbana, letrada e aristocrática falavam bem a língua, sendo esta uma das origens do preconceito linguístico, sentido nos agricultores quando estes se dizem intimidados com o microfone porque não sabem “falar direito” (BAGNO, 2003).

As redações de periódicos e seus manuais de escrita correta têm mantido esse conceito desprezando a existência de uma comunicação eficiente nas classes de baixa renda, em letrados das periferias ou na linguagem de agricultores. Muitos programas de rádio utilizam a fala “caipira” como principal atrativo de determinados programas. Mas essa fala é apresentada caricaturada, um fator cômico, como se não fosse possível falar com seriedade com as pronúncias e entonações próprias das culturas rurais.



A compreensão do falar rural implica na necessidade de compreensão não apenas da competência lingüística, mas de todo capital simbólico do indivíduo rural. Dessa forma é preciso que as agricultoras e agricultores se percebam como falantes legítimos da língua portuguesa, porque existe um repertório de informações próprias ao meio em que vivem, dominado por eles. Um conceito importante trabalhado nas oficinas é que qualquer um dos participantes é um falante legítimo da língua portuguesa e se fará entender com o exercício da fala e da escrita. Como aponta Pierre Bourdieu, um trabalho de assistência à palavra, um exercício de ajudar no trabalho de parto da palavra de lideranças rurais, constantemente estigmatizadas como sem cultura e sem educação: “Trata-se de se colocar a serviço de alguém cuja palavra é importante, de quem se quer saber o que tem a dizer” (BOURDIEU, 1997, p. 47). No caso dos agricultores em questão, atores importantes para a construção do ecodesenvolvimento, mas geralmente excluídos dos espaços de diálogo e participação nas políticas públicas.

Possibilidades e limites: o espelho de narciso

Alguns veículos comunitários nasceram a partir das oficinas ministradas entre 2006 e 2008. Duas associações de assentados e um grupo de jovens passaram a produzir seus próprios jornais: A Semente, da Comunidade Nazaré, município de Carlinda; Informativo Califórnia, da Associação dos Parceleiros do Projeto de Assentamento da Fazenda Califórnia, município de Vera; e o jornal Entre Rios Sustentável, dos agricultores do Projeto de Assentamento Entre Rios, município de Nova Ubiratã. Nos três jornais, questões como recuperação de áreas degradadas e práticas agroecológicas são pautas correntes. Embora não sejam regulares, são veículos altamente valorizados pelas comunidades como fonte de informação, conhecimentos e reconhecimento.

Um CD de músicas produzidas por agricultores e músicos locais foi gravado em 2007. Chama-se Sons do Brasil Central¹¹ e traz 12 faixas com temas românticos, sertanejos e ambientais. O CD foi distribuído pelos próprios músicos-participantes nas rádios de seus municípios, além de tocar com frequência na Rádio Nacional da Amazônia. Após a oficina de vídeo, um pequeno documentário¹² foi produzido conjuntamente pelo Ponto de Cultura e os assentados da gleba Entre Rios, mostrando as belezas e ameaças de um dos rios que margeia o assentamento.

¹¹O material pode ser acessado através do endereço <http://www.estudiolivre.org/tiki-index.php?page=Sons+do+Brasil+Central>.

¹²Vídeo disponível no YouTube no endereço <http://www.youtube.com/watch?v=n9G7GCsGWUA>



Embora estes sejam os resultados inicialmente almejados com as oficinas, percebemos que o trabalho teve resultados paralelos relevantes. Para além da produção e manutenção de veículos comunitários, as oficinas foram importantes para que os agricultores e agricultoras mobilizassem suas comunidades para a realização de ações de desenvolvimento coletivo. As oficinas não formaram, portanto, apenas repórteres populares, radialistas, *videomakers*, mas lideranças com capacidade de comunicação e mobilização mais desenvolvidas. Foram muitos os depoimentos de participantes que disseram terem se sentido mais aptos a facilitar uma reunião em suas associações e cooperativas, elaborarem atas mais corretas e eficientes e exporem suas ideias de forma mais coesa. Para alguns, como o jovem Adilson Lippi, do município de Matupá, as oficinas foram um despertar pleno de liderança e o levaram a ser vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de seu município nos anos de 2007 e 2008.

Com essa experiência, observamos que os produtos das oficinas funcionam como um espelho de narciso que produz um encantamento consigo ao verem seus próprios textos e fotos publicados em forma de jornal, de ouvirem suas próprias vozes no rádio, de se verem na tela de televisão. Isso facilita o desempenho do papel de mediadores de reuniões e encontros – aspectos importantes para o processo de mobilização. Entretanto, somados ao contato com equipamentos e profissionais de comunicação, esse encantamento gera uma euforia nos participantes ao final das oficinas que se fragiliza quando eles retornam aos assentamentos. A falta de infraestrutura e a pobreza são fatores extremamente limitantes, uma rachadura no espelho onde um dia antes se deu o encantamento.

No cenário precário e tenso em que essas agricultoras e agricultores vivem, união e informação têm grande importância. Informação evita a sensação de isolamento, um dos motivos de desistência dos sonhos dos assentados. A realização de oficinas e a criação de instrumentos de comunicação internos permitem que eles vejam além do seu lote, sem, entretanto, dirigir o olhar somente para a imagem captada pela antena parabólica. É um momento em que se reconhecem como detentores de um conhecimento próprio sobre seus lugares, suas práticas produtivas e culturais. Um processo no qual se percebem e se assumem como sujeitos cuja palavra não precisa de mediação, em que se sentem legítimos para falar desde seus lugares.

Não obstante, quando confrontados novamente com seu cotidiano, muitos não conseguem estimular seus companheiros a investirem em ações de comunicação



duradouras. Em meio a tantos problemas mais graves, elaborar um jornal mural ou manter um programa de rádio vai para o fim da lista de prioridades, ainda que eles reconheçam o papel fundamental que esses veículos teriam para a difusão de tecnologias alternativas, informações sobre o manejo dos recursos naturais de seus lotes e para a sua organização política.

Dialogando para ser mais

Encontra-se na extensa literatura de Paulo Freire elementos profícuos para discutir a dialogicidade como expressão da palavra viva e palavra vivida. Freire (2005) argumenta que o diálogo é essência da existência humana. Sendo essência, deve ser um processo dialético construído entre a ação e a reflexão, tendo a fala como “meio para que ele se faça” (FREIRE, 2005, p. 89).

De acordo com o autor, o diálogo é o “encontro dos homens e mulheres, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” (FREIRE, 2005, p. 91), compreendendo que esse encontro entre os sujeitos comunicantes se dá num processo contínuo de construção e reconstrução, como realidade inacabada e em constante transformação.

Freire, ao definir o diálogo como pronúncia do mundo, o faz de uma forma consciente e provocativa, uma vez que a pronúncia, a expressão, a fala tem que ter consequência na práxis. A consequência prática da fala é a transformação do mundo, do entorno em que o sujeito vive da sua realidade, exigindo sempre dos sujeitos comunicantes novas pronúncias. Por essa razão, “dizer a palavra não é privilégio de alguns homens e mulheres, mas direito de todos” (FREIRE, 2005, p. 90).

Freire continua alertando que dizer a palavra verdadeira não se consegue só, precisa necessariamente de interlocutores, de encontro entre sujeitos. O encontro entre Eu e o Outro se torna possível quando há abertura. Essa abertura estabelecida entre Eu e o Outro deve ser mediada pela palavra. De forma mais concreta a palavra é diálogo, na comunicação entre os sujeitos. Por esse motivo, não deveria caber na condição humana a mudez, a permanência do sujeito na cultura do silêncio, no isolamento, na opressão e nas mazelas causadas pelas desigualdades sociais.

É importante deixar claro que a proposta de formação dos agricultores como possibilidade dessas pessoas dizerem a sua palavra, de poderem falar, não é uma proposta formativa de simples repetição, selecionando temas sobre ecodesenvolvimento



regional, ou fornecendo um conjunto de informações para que esses sujeitos armazenem na memória e passam a repeti-las. A base da discussão sobre o diálogo, a possibilidade das pessoas poderem falar vai além das oficinas, sem negar evidentemente a validade dos momentos explicativos do agente comunicador. O importante é compreender que a postura dos agentes comunicadores e dos agricultores pauta-se no conhecimento crítico, esperançoso e amoroso.

Cecília Peruzzo (1998) elenca doze elementos positivos da comunicação popular, todos eles mereceriam destaque e análise. No entanto, dois deles, reelaboração de valores e formação das identidades, aproximam da nossa reflexão. Em relação ao primeiro, ela diz que a comunicação popular contribui para romper com a dicotomia emissor versus receptor. Mario Kaplún (2001) compartilha dessa ideia ao propor que o destinatário da mensagem não fique apenas no final do processo comunicativo, mas também na origem da comunicação.

A verdadeira comunicação não está dada por um emissor que fala e um receptor que escuta, mas sim pelos dois ou mais seres que inter-relacionam e compartilham experiências, conhecimentos, sentimentos. Através desse processo de intercâmbio dos seres humanos estabelecem relações entre si e passam da existência individual para a existência social comunitária. (KAPLÚN, 2001, p. 58).

O segundo elemento, formação das identidades, anunciada por Peruzzo (1998) é quando a comunicação popular, ao abordar temas locais ou específicos, tende a despertar o interesse por parte da audiência, pelo fato de o conteúdo e os personagens terem relação mais direta com as pessoas. Os programas não são espetáculos a que se assiste, mas dos quais se participa, o que leva a incrementar o processo de construção das identidades e de cultivo dos valores históricos e culturais (PERUZZO, 1998, p. 157).

Portanto, para que o sujeito dialogue não é preciso um receituário, um manual, normas a serem seguidas. O construtivo no ato dialógico é praticá-lo. A prática se dá no encontro entre Eu e o Outro, para isso é necessário garantir a relação democrática e transformadora entre os sujeitos comunicantes.

A experiência desenvolvida com assentados da região Norte de Mato Grosso nos aponta para a necessidade de aperfeiçoar os instrumentos de formação de comunicadores comunitários, aprofundando o caminho metodológico escolhido e ajustando o foco do processo de formação, de forma a propiciar que os participantes



percebam mais claramente as possibilidades e limites do trabalho de comunicação, e lidando de forma positiva com o efeito “espelho de narciso”. Além disso, essa experiência nos mostra a importância de discussão e elaboração de políticas públicas de democratização da comunicação que favoreçam a pluralidade cultural e identitária do país, e contribuam para a consolidação dos espaços de diálogo e elaboração de políticas públicas que dialogue, de fato, com a diversidade de atores que compõem o espaço social brasileiro.

Referências

- BAGNO, Marcos, Nada na língua é por acaso. In: **Revista Presença Pedagógica**. Minas Gerais: Dimensão, set/out 2006, v. 12, nº 71 (p. 22-29)
- BOURDIEU, Pierre, **Sobre a televisão**. Trad. Maria Lúcia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- COGO, Denise. Da leitura crítica dos meios à educomunicação: convergências possíveis entre comunicação e educação. **Tendências na Comunicação**. Porto Alegre: L&PM, v. 4, p.32-40, 2001.
- FRANÇA, Vera V. O objeto da Comunicação / A Comunicação como objeto. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C; FRANÇA, Vera V. (orgs). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas, tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001 (p. 39-60)
- FÍGARO, Roseli; BACCEGA Maria Aparecida. Sujeito, Comunicação e Cultura (Entrevista com Jesús Martín-Barbero). In: **Revista Comunicação & Educação**. São Paulo: Moderna/USP, mai/ago 1999, nº 15 (p.62-80).
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. Paz e Terra, 1971. 10ª Edição, 1992.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**. 44ª ed. Rio de Janeiro, RJ, Paz e Terra, 2005.
- KAPLÚN, Mario. **A la educación por la comunicación**. 2ª ed., Quito, Ecuador, Ciespal, 2001.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Trad. de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- PERUZZO, Cicília M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.